

FEMINISMO NEGRO E SUAS PRÁTICAS NO CAMPO DA CULTURA¹

Ana Angélica Sebastião²

Resumo

Este estudo aborda práticas discursivas de organizações de mulheres negras (e do movimento de mulheres negras) que, por atuarem no campo simbólico, contribuem para a produção discursiva ressignificada sobre as mulheres negras no contexto brasileiro e diaspórico. A ênfase é na formulação do conceito e das práticas em torno do feminismo negro. O discurso é compreendido a partir da leitura de Norman Fairclough, que o compreende como o resultado do uso da linguagem, moldado socialmente e inserido numa prática social. O trabalho elabora ainda alguns apontamentos sobre as teorias feministas e o feminismo negro nascente hoje no Brasil.

Palavras-chave

Feminismo Negro; Hegemonia; Relações Raciais; Discurso.

Black feminism and the practices in the field of culture

Abstract

This report analyses the discursive practices of organizations of black women and of the black women movement that, in order to work symbolic space, also contribute to redefine the discursive production about black women in Brazilian and diasporic context. The focus is about the creation of the concept and practices of black feminism. The discourse is understood through the reading of Norman Fairclough who understands it as the result of the use of language, made socially and in a social practice. The report also thinks about some notes of feminist theories and black feminism arising in Brazil recently.

Key Words

Black Feminism; Hegemony; Race Relations; Discourse.

1 Este artigo é uma versão do *paper* apresentado no V Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2008.

2 Mestre em comunicação e cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo pseudônimo é Angélica Basthi.

El feminismo Negro y su práctica en el ámbito de la cultura

Resumen

Este estudio se centra en las prácticas discursivas de las organizaciones de mujeres negras (y el movimiento de mujeres de negras), que actúan en el ámbito simbólico, que contribuye a la producción de significado del discurso sobre las mujeres negras en el contexto de Brasil y de la diáspora. El énfasis está en la formulación del concepto y prácticas de todo el feminismo negro. El discurso se entiende de la lectura de Norman Fairclough que entiende como el resultado de la utilización del lenguaje, forma y socialmente integrados en una práctica social. El trabajo también produce algunas notas sobre la teoría feminista y el feminismo negro emergentes en el Brasil de hoy.

Palabras claves

Feminismo Negro; Egeмония; Relaciones Raciales; Discurso.

Feminisme noire et ses pratiques dans le champs de culture

Resumé

Cet étude met au point les pratiques discursives des organisations de femmes noires (et du mouvement des femmes noires) qui agissent dans ce champ symbolique, et contribuent à la production du discours revu pour les femmes noires dans le contexte brésilien et diasporique. L'emphasis est dans la formulation du concept et des pratiques autour du féminisme noire. Le discours est compris à partir de la lecture de Norman Fairclough qui le comprends comme résultat de l'utilisation du langage, qui a été adapté socialement et inséré dans une pratique sociale. Le travail s'inspire des notes sur les théories féministes et du féminisme noire qui s'agrandi aujourd'hui au Brésil.

Mots clés

Féministe Noir; Hégémonie; Relations Inter-Raciales; Discours.

Introdução

Nos últimos trinta anos, a mobilização de mulheres negras organizadas tem sido um fenômeno significativo no cenário contemporâneo brasileiro. Centenas de mulheres têm se reunido em fóruns, coletivos, associações e organizações não governamentais em várias partes do país (Sebastião, 2001, p. 16). É igualmente notável, ao longo desse processo, o esforço dessas mulheres em inserir novas marcas de verdade no imaginário coletivo sobre a imagem da mulher negra no Brasil. O que proponho investigar é como a produção discursiva dessas mulheres tem contribuído para criar um novo referencial simbólico sobre o seu imaginário no campo da cultura. A partir do pensamento de Norman Fairclough, entendi o uso do discurso como modo de ação e de representação, ou seja, como forma de agir sobre o mundo e sobre os outros.

Meu objeto são os discursos produzidos por três organizações de mulheres negras: Criola, no Rio de Janeiro; Geledés, em São Paulo; e Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos. Pesquisei os discursos presentes nas práticas comunicativas (ferramentas de comunicação tais como boletins, revistas e páginas na Internet) produzidos, elaborados e distribuídos por essas organizações. Também analisei o documento *Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi + 10*, elaborado por mulheres negras de diversos estados e de diferentes ONGs de mulheres negras, durante o Encontro Nacional Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi + 10, realizado em maio de 2005, em Guarulhos (SP). O conteúdo desse documento pretendeu ser uma convergência dos textos produzidos nos últimos anos pelo movimento de mulheres negras, movimento negro, movimento feminista e governo sobre a temática da mulher e do negro nos âmbitos nacional e internacional.

Parto do pressuposto de que a produção de um novo sentido (ou seja, a ressignificação) é o fio condutor que permite a leitura dos processos contemporâneos no campo da cultura. Processos que, no caso da mulher negra, estão recriando táticas para alterar a representação constituída por estereótipos e estigmas. O feminismo negro em construção tem sido a base das práticas discursivas das organizações de mulheres negras e do movimento. Fazem ainda parte dessa dinâmica os desafios para superação dos estereótipos criados e/ou recriados, no processo histórico brasileiro e diaspórico, em torno da imagem da mulher negra. Do ponto de vista teórico, proponho trazer à luz a forma como os discursos produzidos pelas organizações de mulheres negras se confrontam com os discursos criados pela luta feminista tradicional. E ainda: de que maneira os discursos praticados pelas mulheres negras reproduzem as especificidades nascidas da experiência da mulher negra e defendidas pelo feminismo negro em construção.

Por feminismo negro no Brasil, considere o movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo. As correntes desenvolvidas pelo feminismo tradicional não correspondem integralmente às necessidades da mulher afrodescendente. Daí, a relevância de desenvolver um feminismo com recorte racial e que combata simultaneamente o domínio patriarcal e racista.

Partindo da suposição de que as formas interpretativas da luta feminista interferem na produção discursiva das organizações de mulheres negras (e do movimento no qual se inserem), questionei como isso se realiza no contexto das lutas por hegemonia – e aqui me refiro às disputas entre o movimento de mulheres negras e o movimento feminista tradicional. Várias autoras feministas defendem que a perspectiva universalizante generaliza as experiências das mulheres a partir das expectativas de um determinado grupo hegemônico. De que maneira essas formas interpretativas das experiências femininas são ressignificadas? Considerando o campo da construção da subjetividade, o uso do termo “mulher” pode ser observado como objeto de disputa discursiva? Como é a prática discursiva do feminismo negro pelas organizações de mulheres negras? De que maneira as organizações incorporam nos seus discursos as diversidades no gênero feminino acionadas pela luta feminista pós-estruturalista?

Alguns procedimentos metodológicos foram utilizados para compreender a dimensão ativa do discurso. O primeiro é o entendimento dialético entre o discurso e a estrutura social. Em relação ao *Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi + 10*, considere o documento na função de instrumento para os discursos produzidos pelas mulheres negras em seu cotidiano e, simultaneamente, instrumento de interferência na elaboração de políticas públicas. Já sobre os discursos nas práticas comunicativas das organizações de mulheres negras, ponderei as posições na estrutura social: 1) em relação ao destaque alcançado pelo movimento, 2) em relação ao papel de interlocutoras que desempenham na mídia, no relacionamento com o Estado e na sociedade em geral.

Nesse contexto, a prática social do discurso das organizações de mulheres negras (e do movimento no qual estão inseridas) ocupa um lugar parcialmente constituído de resultantes das relações de poder entre os grupos, instituição e das lutas por hegemonia. Para Fairclough, o conceito de hegemonia fornece uma matriz e um modelo para a análise das práticas sociais e discursivas:

O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa (análise de discurso), fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura e desafia as ordens dos discursos existentes (Fairclough, 2001, p. 126).

Ponderei, portanto, as relações das organizações de mulheres negras com a comunidade bem como as dinâmicas das relações com o movimento feminista. Os discursos são exemplos de foco da luta do movimento de mulheres negras na sua prática política. O uso da linguagem, portanto, é entendido como forma de prática social e não apenas como atividade puramente individual.

Sobre os sujeitos desses discursos, Fairclough – influenciado pelo pensamento de Foucault (e seu entendimento sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos) e pela formulação de Gramsci para hegemonia – interpreta a concepção de sujeito inserida na lógica gramsciana, e, portanto, no contexto das lutas por hegemonia:

sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter estranhamente composto (...) e uma visão de “senso comum” tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas como alvo constante para reestruturação nas lutas atuais (...) Isso sugere um foco sobre os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados. Tal concepção (...) está em harmonia com (...) a concepção dialética da relação entre as estruturas e eventos discursivos; considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis e adotando uma concepção de textos que se entra sobre sua intertextualidade e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias (*Idem, ibidem*, p. 123).

Em outras palavras, os sujeitos assumem a tarefa de rearticular os discursos considerados instáveis do ponto de vista da relação dialética entre discurso e estrutura social. Essa instabilidade é constituída de forma que a estrutura social desempenhe uma dupla função: ser condição para a produção do discurso e, simultaneamente, ser efeito deste discurso. Ou seja, os discursos devem ser compreendidos a partir das diversas dinâmicas presentes na estrutura social. A prática social do discurso tem orientações de ordem econômica, política, cultural e ideológica, sendo que é na prática política que se observa as relações de poder estabelecidas, mantidas e/ou transformadas.

O segundo procedimento metodológico foi em relação às posições de sujeito no discurso, que, em determinados contextos, não devem ser qualificadas de contraditórias. Em situação de luta, não há elementos constitutivos dos discursos que sejam homogêneos. Partindo da análise de Hanchard (2001, p. 38), ao aplicar o conceito de conscientização na construção do político, deve-se absorver o conceito de hegemonia na leitura sobre a questão racial, uma vez que existem “circunstâncias socialmente forjadas que possibilitam as condições de hegemonia racial” (*Idem, ibidem*, p. 77).³ Para o autor, há um problema na formação das variáveis que compõem o sentido da consciência. Os paradoxos e contradições que o movimento negro (e incluo o movimento de mulheres negras) enfrenta dentro e fora dos seus limites, portanto, não são representativos de uma falsa consciência ou reflexo de uma “consciência contraditória *per si*” (*Idem, ibidem*, p. 38).

A terceira precaução considerou os processos sociocognitivos de produção e consumo definidos por “processos cognitivos de produção e interpretação textual (...) baseados em estruturas e convenções sociais interiorizadas” (Fairclough, 2001, p. 99). Observei o documento *Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi +10* e os discursos expressos nas práticas comunicativas das organizações de mulheres negras a partir dos modos de organização textual em conexão com as estruturas e lutas sociais. Portanto, ponderei sobre os aspectos constitutivos do feminismo negro contemporâneo e suas implicações ideológicas. O conceito da intertextualidade manifesta usado por Fairclough para definir o texto manifestado a partir de fragmentos de outros textos – também foi analisado no documento produzido pelo movimento de mulheres negras e nos discursos presentes nas práticas comunicativas das organizações.

3 Ainda, conforme Hanchard (2001, p. 75-86), as circunstâncias são socialmente forjadas nas seguintes premissas: 1) a discriminação racial não existe no Brasil, ou pelo menos no nível que ocorre nos Estados Unidos; 2) a reprodução e a disseminação contínuas de estereótipos subestimam os negros e valorizam os brancos, e resultam em autoimagens inferiores e negativas e numa aversão à ação coletiva entre os afro-brasileiros; e 3) sanções coercitivas ou preventivas à espera de quem questione os padrões assimétricos da interação entre brancos e negros.



Feminismo negro, discursos e práticas: Apontamentos sobre teorias feministas e o feminismo negro

A conceituação do feminismo negro remete-nos a um passado histórico experimentado de forma violenta em razão do racismo. Os discursos produzidos pelas mulheres negras têm sido balizados pela corrente feminista pós-estruturalista com ênfase na diversidade interna dos gêneros femininos e na compreensão histórica dos efeitos do racismo no cotidiano da mulher afrodescendente, entre outros fatores. Em parte, isso explicaria o motivo pelo qual as organizações de mulheres negras (e o movimento) vêm lutando pelo reconhecimento das especificidades da mulher afrodescendente e disputando a construção de uma agenda feminista política que seja pluralista e multiculturalista (e/ou multirracista). A ênfase no combate ao racismo, portanto, ocupa o centro das práticas discursivas sobre o gênero entre as militantes do movimento de mulheres negras brasileiras.

Sueli Carneiro utiliza a expressão “enegrecendo o feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, cujo êxito tem sido notório para uma visibilização da perspectiva feminista negra. O êxito dessa “estratégia”, de acordo com a autora, pode ser comprovado a partir de uma nova plataforma feminista, adotada durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em 2002, em Brasília. Plataforma esta que espelha a diversidade de mulheres presentes no encontro (mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, urbanas, rurais, quilombolas, jovens, entre outras) e que propõe, entre outros, o reconhecimento da autonomia dos movimentos sociais de mulheres e o comprometimento com a luta antirracista (Carneiro, 2003, p. 126).

Pontuando isso, não tenho expectativa alguma de encontrar unanimidade em relação ao diálogo “frutífero” do movimento de mulheres negras em relação ao movimento feminista tradicional (e vice-versa). Apenas assinalo que, em razão de o Brasil estar em processo de constatação da existência do racismo, faz-se necessária uma pesquisa aprofundada sobre as circunstâncias políticas e ideológicas em que esse diálogo vem sendo estabelecido entre mulheres negras (e outros grupos excluídos) e mulheres brancas. A minha contribuição, do ponto de vista teórico, será apresentar uma abordagem das categorias que universalizaram a condição feminina na perspectiva do grupo hegemônico definido por mulheres brancas, heterossexuais, burguesas e ocidentais.

Os estudos sobre o gênero permitiram repensar, a partir do ponto de vista da história, as relações criadas por meio das diferenças de gênero e da construção social das percepções da diferença sexual. Isso significou novas análises sobre as diferenças não somente entre o gênero masculino e o gênero feminino, mas também as diferenças reproduzidas nas relações de gênero entre as mulheres a partir, por exemplo, de um recorte de raça, classe e geração. Em outras palavras, os estudos feministas, ao colocar em xeque a interpretação universalista, tornaram possível problematizar a teoria feminista e questionar seu comprometimento com a elaboração de conceitos que espelham a realidade das mulheres, em suas várias formas, no mundo.

As teorias feministas já reconheceram os impasses teóricos para uma abordagem interpretativa utilizadora do ideal da mulher universal como categoria de análise. Os estudos sobre gênero foram incorporados aos estudos feministas a partir dos anos 1980 com o objetivo principal de desafiar a crença essencialista e universalista de que a biologia é determinante para o destino dos homens e das mulheres. Gênero, portanto, é definido por criação simbólica enquanto sexo se refere ao fato biológico do indivíduo ser fêmea ou macho (Stolcke, 1991).

Os estudos sobre o gênero têm várias interpretações nas correntes do feminismo, conforme (Sebastião, 2008, p. 121). O feminismo da diferença, por exemplo, rejeita a linha interpretativa do feminismo da igualdade, na medida em que interpreta as únicas diferenças de fato existentes entre homens e mulheres como biológicas-sexuais, sendo as demais, diferenças culturais. Para o feminismo da diferença, gênero remete a traços culturais femininos ou masculinos construídos socialmente sob a base biológica. Ou seja, os gêneros feminino e masculino são percebidos somente a partir de uma polaridade construída culturalmente na sociedade entre homens e mulheres. O feminismo da diferença mantém a homogeneização interna entre os gêneros. Já as interpretações pós-estruturalistas focalizam as análises sob a perspectiva histórica das diferenças de gênero e da construção social da percepção da diferença sexual. Essa corrente entende a necessidade de romper com a homogeneização interna dos gêneros femininos e masculinos, o que significa introduzir na interpretação dessas relações outros recortes, tais como raça, classe e geração (Farah, 2004).

Sandra Harding reconhece o esforço inicial da teoria feminista no uso de conceitos e categorias já existentes (como por exemplo, o marxismo) em nome de uma visibilidade analítica para as experiências das mulheres naquele contexto. A partir de um volume de discussões teóricas, foram produzidas as condições para que as feministas – sobretudo sob o impacto das observações elaboradas por feministas negras – percebessem de que forma uma interpretação universal e essencialista balizou as teorias não feministas. Fato que, segundo Harding, nos permite hoje duvidar das análises que tomam como sujeito ou objeto uma mulher universal “como agente ou matéria do pensamento” (Harding, 1993, p. 8).

Nesse sentido, assim como as teorias patriarcais foram criadas para explicar a experiência de homem branco, heterossexual, burguês e ocidental, as feministas teóricas presumiram que os problemas definidos por elas com base em suas experiências particulares eram problemas que pertenciam à ordem do humano, no sentido generalista, entendido como experiência única e igual para todas as mulheres. O lugar de partida dessas feministas era o de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais.

Feministas negras norte-americanas têm contribuído para uma crítica em relação a esse feminismo que vem sendo conduzido por uma visão única e genérica da experiência feminina. Patricia Collins e bell hooks, por exemplo, compartilham da idéia de que é necessário um descolamento das reflexões do centro desta análise para a margem onde se localizam outros tipos de experiências. Ou seja, deslocar a luta feminista do lugar onde prevalecem os privilégios para o grupo hegemônico, para um discurso que alargue a visão feminista, indo além da concepção universalizante. Esse “outro” lugar, para essas feministas, é demarcado pela experiência do racismo. Para hooks, por exemplo, as categorias que universalizaram a teoria feminista são as mesmas que fornecem as bases para a construção de estereótipos em torno da mulher negra. A principal causa é a supremacia racial branca considerada limitante para um foco além do gênero:

Feminist analyses of woman's lot tend to focus exclusively on gender and not provide a solid foundation on which to construct feminist theory. They reflect the dominant tendency in Western patriarchal minds to mystify woman's reality by insisting that gender is the sole determinant of woman's fate. (...) It is essential for continued feminist struggle that black women recognize the special vantage point our marginality gives us and make use of this perspective to criticize the dominant racist, classist, sexist hegemony as well as to envision and create a counter-hegemony. (...) I do so not in attempt to diminish feminist struggle but to enrich, to share in the work of making a liberatory ideology and a liberatory movement (hooks, 2000, p. 15-17).

A autora defende ser essencial para a luta feminista o reconhecimento da contribuição das mulheres negras para uma teoria feminista que supere o determinismo imposto pelo gênero, já que as mulheres negras não compartilham dos privilégios construídos pelo e para o grupo hegemônico. A base de sustentação dos privilégios para mulher branca (grupo hegemônico) é a política racial ostentada pela supremacia branca, ocidental, burguesa e heterossexual. Há um desafio explícito para as feministas pós-estruturalistas: o uso de categorias universalizantes e homogeneizantes pode afetar o comprometimento político com o feminismo negro. Collins, por exemplo, chama atenção para o risco de simplificação da experiência da mulher negra a partir de uma visão homogeneizante, ou seja, sem considerar a diferença entre as experiências vivenciadas pelos membros do grupo. Em outras palavras, não há um ponto de vista da mulher negra homogêneo e autêntico. Mas, segundo Collins, há sim um ponto de vista que permite, a partir da experiência coletiva, reagir diferentemente a desafios em comum:

Since Black feminist thought both arises within and aims to articulate a Black womens' group standpoint regarding experiences associated with intersecting oppressions, stressing this group standpoint's heterogeneous composition is significant (Collins, 2000, p. 28).

Nas devidas proporções, a construção do feminismo negro no Brasil também tem sido fundamentada a partir da experiência coletiva do racismo responsável pela exclusão das mulheres negras nos campos do trabalho, da saúde, da educação e em outras categorias. No Brasil, deve-se considerar ainda o ambiente do racismo constituído pela ideologia da mestiçagem que, entre outros fatores, tem por base a convivência racial harmoniosa temperada pela mistura cultural transformada em ícone da democracia racial (Schwarcz, 1998, p. 178).

Ainda que a experiência coletiva dos povos descendentes dos africanos escravizados tenha sido forjada no contexto histórico de cada localidade, isso não elimina o racismo como categoria para repensar as teorias, discursos e práticas feministas num contexto diaspórico. O uso desta categoria para compreender a situação da mulher negra (e do negro) na diáspora pode ser compreendido pelas formas institucionais de hierarquização social construídas durante o colonialismo. A travessia do Atlântico, a escravidão negra colonialista e, em consequência, a diáspora africana são elementos constitutivos de uma experiência negra ressignificada conforme as realidades históricas de cada nação, como Collins aponta:

Since a diasporic frameworks is not normative, it should not be used to assess the authenticity of people of African descent in reference to an assumed African norm. Rather, Black diasporic frameworks center analyses of Black women within the context of common challenges experienced transnationally (Collins, 2000, p. 29).

Da parte das ativistas e intelectuais negras no Brasil, Jurema Werneck, uma das fundadoras e atuais coordenadoras da ONG Criola, concorda que o feminismo negro “é diaspórico, pós-colonial, pós-escravidão. O feminismo negro é ancorado na raça. Entendendo o gênero como o modo como raça é vivido, podemos afirmar que é a raça define o modo de ser da mulher negra e do homem negro”.⁴ Para Sueli Carneiro, coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Geledés, a compreensão dos efeitos do racismo no cotidiano das mulheres negras é central para apreendermos a intersecção⁵ entre gênero e raça:

4 Depoimento de Jurema Werneck durante palestra da autora realizada no IV Encontro de Pesquisadores Negros na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2006.

5 Intersecção aqui é compreendida como cruzamento de múltiplos fatores nos campos de gênero e raça...

A “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras) como a masculinidades subalternizadas (...) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* do gênero (Carneiro, 2003, p. 119).

As desigualdades de gênero e raça delimitam o campo de atuação política das organizações de mulheres negras e legitimam a perspectiva sobre as especificidades dos grupos de mulheres afrodescendentes. Ainda de acordo com Carneiro, há uma consciência de que a identidade de gênero não é permeada por uma “solidariedade racial intragênero” ou “solidariedade de gênero intragrupo racial”. É esta consciência que estimula a construção de uma agenda específica para as mulheres negras. O feminismo negro brasileiro, portanto, tem como desafio desenvolver bases teóricas que respondam à construção de uma identidade para as mulheres e que opere, simultaneamente, no combate ao racismo, ao sexismo e ao patriarcalismo.

Feminismo negro no contexto das práticas sociais

O documento *Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi +10* foi elaborado em Guarulhos, São Paulo, durante o Encontro Nacional Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi +10, um preparatório do movimento para a marcha realizada em Brasília (DF, 2005). Dividido em dois blocos – *Introdução e Princípios e Diretrizes* (nas áreas da saúde, educação, habitação, trabalho, poder, religião, cultura e meios de comunicação) –, o documento tem dezesseis páginas, nas quais destaquei os usos e respectivos contextos discursivos para os termos “mulher” e “mulher negra”. A introdução, sob o título *Falando de nós*, reconhece o esforço do governo no combate ao racismo nos últimos anos, mas critica o Estado pela ausência da articulação do racismo com a pobreza, o sexismo e o patriarcalismo nas políticas apresentadas até então. O texto acrescenta ainda ser necessário o reconhecimento da “desigualdade histórica entre a mulher branca e a negra, abordando os avanços e obstáculos de gênero, a partir do referencial de raça” (Várias autoras, 2006). Há, portanto, uma preocupação em delimitar as diferenças sobre as experiências entre as mulheres negras e brancas.

Em *Princípio e Diretrizes*, o texto pretende assegurar que o governo cumpra as propostas políticas definidas em tratados e convenções internacionais referentes aos temas direitos humanos, mulher e racismo. O documento propõe ainda a elaboração de políticas públicas que incluam, a perspectiva de gênero e raça nas políticas para as mulheres. Do ponto de vista do uso do termo “mulher”, observei que o esse é usado em dois contextos: 1) para definir a mulher negra; e 2) para definir a mulher em geral. Nesse sentido, destaco os seguintes itens:

1. Adotar como princípio da gestão pública a inclusão das categorias gênero, classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, deficiência e a plena participação das mulheres, implantando mecanismos e/ou instâncias de poder público na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
2. Assegurar os mecanismos que permitam uma participação real e igualitária das mulheres negras nas instâncias de decisão em todos os âmbitos do Poder Público e da sociedade.



3. Fortalecer os organismos específicos dos direitos e de políticas públicas para as mulheres, dotando-as de infra-estrutura, equipe técnica profissionalizada e recursos financeiros, segundo alocação prevista nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais.
4. Criar o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, à semelhança dos Fundos Nacionais de Assistência Social e de Saúde, com o objetivo de repassar recursos para os estados e municípios para a implementação de políticas públicas para as mulheres.

Judith Butler (*apud* Bessa, 1998) chama atenção para o os riscos do uso da categoria mulher como elemento político e de representação, como nos mostra Karla Adriana M. Bessa, afirmando que:

Se, por um lado, esse tipo de utilização pretende conferir legitimidade e extensão à luta contra a opressão feminina, por outro, apresenta-se como uma função normatizadora, que se coloca no lugar de revelar ou de deturpar o que se assume (ou fora assumido) sendo a verdade sobre “as mulheres” (Bessa, 1998, p. 35).

Considerando: 1) as condições de gênero experimentadas de forma diferenciada no contexto histórico pelas mulheres (negras, brancas e outros segmentos); 2) a compreensão histórica do racismo moldada pela ideologia da mestiçagem; e 3) as lutas por hegemonia refletidas nas práticas discursivas, conforme as formulações de Fairclough, proponho a seguinte análise: A – No item 1, o termo “mulher”, embora usado no plural e de forma genérica, está intersectado com os recortes de gênero, classe e raça, entre outros, mostrando o desejo do grupo em assegurar perante o Estado localização das especificidade da mulher negra a partir da experiência diferenciada no contexto histórico. B – No item 2, o uso do termo “mulher” é acompanhado da designação “negra” de maneira a garantir o acesso do grupo nas instâncias do poder público a partir da ênfase da experiência diferenciada na história. C – No item 3, ainda que usado no plural, o termo “mulher” é generalizante na medida em que não define o grupo de forma específica, ou seja, baseada na experiência diferenciada, o que tende a ser uma apropriação direta e intertextual da luta feminista tradicional. D – No item 4, o termo “mulher” também é usado no plural e está prospectado com a sugestão de criação do fundo público com recorte racial. Dessa maneira, o termo mulher, embora seja outro exemplo da intertextualidade, faz referência indireta às especificidades históricas da mulher afrodescendente.

Note que o discurso é direcionado para o sujeito na sua função política, uma vez que está comprometido com a reivindicação de medidas de ordem política, econômica e social que beneficiem as mulheres, em geral, e as mulheres negras, em específico. É relevante também o recorte de gênero e raça, seguido de outras categorias (geração, portadoras de deficiência e lésbicas, entre outras). A prática social traduzida neste documento se inclui no contexto de mudança social proposto pelo feminismo negro.

Em relação à variação de sentido do termo mulher, destaco a intertextualidade manifesta, ou seja, a provável presença de outros textos no discurso. Em razão das limitações desta pesquisa, não afirmo que essas variações ocorram de forma contínua nas práticas discursivas das mulheres negras. O que pontuo é se essa

variação de sentido, quando se faz presente – e aqui me refiro especificamente ao uso do termo mulher no sentido tradicional ou universalizante –, contradiz os propósitos da prática social inspirada no feminismo negro com base nas especificidades históricas do grupo.

Outra possibilidade de análise é retornar ao contexto dialético entre a prática discursiva e a estrutura social e observar o ambiente para a produção do discurso. Esse contexto produziu tensões oriundas das relações de poder entre movimento de mulheres negras, movimento negro, Estado e movimento feminista. O que significa dizer que é possível considerar que o uso do termo “mulher” – tanto no sentido genérico quanto específico – tende a ser um elemento de disputa na perspectiva do campo da subjetividade no contexto das lutas por hegemonia.

Resta ainda nos questionar se a variação do uso do termo mulher, sendo de forma contínua ou localizada, tem sido efetuada com consciência crítica pelo movimento de mulheres negras (e pelas organizações de mulheres negras nele inserido). Num contexto de lutas discursivas, a apropriação da consciência crítica na linguagem é benéfica, na medida em que o movimento de mulheres negras (e as organizações) almeja conduzir os processos, cuja meta é a ocupação dos espaços hegemônicos. Isso, ainda que reconheçamos em Hanchard (2001) a preocupação sobre os paradoxos, contradições e tensões experimentados pelo movimento negro (e acrescento o de mulheres negras), não são representativos de uma consciência contraditória *per si*.

De certa maneira, hooks está atenta aos “benefícios” da apropriação da consciência crítica na linguagem ao sugerir, como forma de resistência, a recusa do uso de estruturas linguísticas que forneçam a primazia para determinado grupo. Na visão da autora, é difícil para as mulheres negras (e outros grupos de mulheres oprimidas) encontrar expressões que traduzam suas questões numa temática feminista. No contexto norte-americano, isso ocorre, sobretudo, em razão de a sociedade não identificar compatibilidades entre as lutas antirracista e antissexista. A autora observa, por exemplo, quando a pergunta é se a mulher é ou não feminista. Para hooks, está implícita a idéia de que essa mulher não atua em nenhum outro contexto ideológico além do feminismo. Por isso, mulheres afro-americanas (e outros grupos) têm tido o cuidado no uso da frase “Eu sou feminista” e alterado para “Eu defendo o feminismo” (hooks, 2000, p. 32, tradução livre), na tentativa de, mantendo-se na temática da luta feminista, manifestar expressões que dêem suporte a outras formas de luta ideológica de maneira compatível.

Feminismo negro no contexto das práticas comunicativas

As organizações de mulheres negras são espaços construídos por meio da mobilização de mulheres no movimento social no contexto da prática do feminismo negro e do combate permanente ao racismo. Nesse sentido, os discursos nas práticas comunicativas das organizações de mulheres negras – ou seja, presentes nos boletins, revistas, jornais e páginas na Internet – mostram como essas instituições delineiam o campo da experiência da construção do gênero diferenciado pelo racismo. Igualmente aqui as disputas em torno do termo mulher podem ser observadas na sua forma direta ou indireta nos textos. O Geledés, por exemplo, na primeira edição de uma revista institucional, resumiu sua meta ideológica da seguinte maneira:



quando criamos o Geledés, desejávamos criar um grupo diferente (...). Um grupo, enfim, que reconhecesse de fato, que as pessoas fazem a história, mas não de acordo com a sua vontade, e sim dentro de circunstâncias determinadas. Um grupo que reconhecesse que somos produto da nossa história, de circunstâncias sobre as quais tivemos pouca possibilidade de controle. Um grupo que reconhecesse que um processo histórico extremamente violento usurpou, destruiu, amorteceu parte da nossa capacidade de nos vermos enquanto indivíduos e cidadãos, que produziu um processo de inferiorização tal, que é necessário o resgate deste indivíduo cindido e destruído. Um grupo que reconhecesse que este processo histórico produziu distorções na nossa identidade, e que é preciso recuperar nossa dignidade (Roland, 1991, p. 10).

Embora implícito no texto, o termo mulher negra é delineado pela experiência histórica do grupo e apresenta uma vinculação com a corrente feminista pós-estruturalista, ou seja, a que enfatiza a diversidade interna dos gêneros femininos e focaliza a compreensão histórica dos efeitos do racismo no cotidiano da mulher afrodescendente. O uso do pronome relativo “nós”, também implícito no texto, acentua o lugar da organização como representante dos sujeitos coletivos aos quais se refere. É notório ainda o registro de como a apropriação da consciência política sobre os contextos históricos permitiu ao Geledés a construção de uma prática do feminismo atravessado pelos efeitos operados pelo racismo. O discurso que aborda a experiência coletiva diferenciada reaparece na formulação da identidade feminina oprimida pelo sistema patriarcal e racista.

Alzira Rufino, diretora-presidente da Casa de Cultura da Mulher negra também descreve num texto publicado na revista *Eparrei!*, em 2006, como essa experiência coletiva fornece os contornos para a construção do feminismo negro marcado por um cotidiano trágico e violento:

Somos nós quem parimos pintinhos e águias. Somos as mães do Acari, da Candelária, as cobaias exterminadas pela esterilização em massa, a maioria das chefes de família, as que continuam lutando pela paternidade responsável, e ainda, a maioria que morre de aborto ilegal no Brasil. Somos nós, mulheres negras, que acompanhamos o velório de nossos filhos, netos, sobrinhos, irmãos e vizinhos. (...) Continuamos levantando uma bandeira de luta, com o coração em sangue e com a cabeça pedindo justiça em todos os níveis (Rufino, 2006, p. 54).

Nesse caso, o termo mulheres negras aparece explícito no texto, cujo discurso enfatiza a condição política e social do grupo. Alzira combate a imagem de subalternidade da mulher negra ao usar valores associados à idéia de família na luta pela igualdade de direitos e de acesso à justiça. Nota-se, dessa maneira, a intertextualidade com os discursos de defesa dos direitos. Há também a presença de fragmentos de discursos do movimento negro e do feminismo negro. O uso do pronome relativo “nós”, explícito no texto, também reforça o lugar da organização como representante dos sujeitos coletivos aos quais se refere.

Sobre a ONG Criola, trago como exemplo o editorial publicado na segunda edição dos *Cadernos Criola*. O texto delimita o lugar específico ocupado pelas mulheres negras no campo da ideologia patriarcal e racista, acrescido pelo combate à homofobia:

Nós, mulheres negras, reconhecemos também que, ao lado do racismo, outras ideologias se colocam prejudicando nosso exercício de direitos de cidadania e o alcance das políticas públicas. Entre elas, é preciso assinalar o sexismo e a lesbofobia. O sexismo é a ideologia que estrutura o patriarcado. Através dele, atitudes e políticas têm sido elaboradas de modo a conferir o privilégio masculino tanto na condução da vida pública quanto da vida privada. Às mulheres restariam as posições mais inferiores,

traduzidas em menor poder tanto na condução de sua vida sexual e afetiva, quanto no acesso a posições de liderança e de reconhecimento no mercado de trabalho e na esfera política. (...) Este sexismo será agravado quando vivenciamos uma sexualidade homoerótica. Ou seja, aquelas entre nós que são lésbicas estão expostas à chamada lesbofobia. Ou seja, a expressão de uma ideologia que busca definir padrões considerados normais para o exercício da sexualidade (Criola, 2004, p. 6).

Outra vez uso recorrente ao pronome relativo “nós” acentua a inclusão dessa organização como representante dos sujeitos coletivos aos quais se refere (no caso negras e lésbicas). O termo mulher negra também é usado de maneira explícita associado aos propósitos da corrente feminista pós-estruturalista. Observa-se também a intertextualidade com os discursos sobre o racismo, sexismo e homofobia como elementos estratégicos nas lutas do feminismo negro.

Os discursos produzidos nas práticas comunicativas das organizações de mulheres negras são significativos em relação à delimitação das especificidades da mulher negra com base na experiência de exclusão histórica operacionalizada pelo racismo. Essa prática social dos discursos e as dimensões intertextuais aqui apontadas reforçam os aspectos demarcadores das experiências diversificadas entre o gênero feminino.

Conclusão

Inserida no contexto das lutas por hegemonia entre o movimento de mulheres negras e o movimento feminista tradicional, a produção discursiva das organizações de mulheres negras ressignificam as experiências do gênero feminino e do imaginário sobre a mulher afrodescendente. Para isso, fazem uso das perspectivas do grupo, acumuladas ao longo da história que vem dando vida aos propósitos do feminismo negro. Nessa breve análise sobre os discursos nas práticas comunicativas das ONGs de mulheres negras, não encontramos o termo mulher usado de maneira homogeneizante. Para uma conclusão mais precisa, contudo, faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema.

Já em relação ao texto *Olhares da Mulher Negra sobre Zumbi + 10*, o documento é expressivo no tocante às discussões em torno das especificidades da mulher negra com base na experiência diferenciada do racismo. No entanto, conforme a dimensão intertextual e as tensões oriundas das dinâmicas sociais, o texto por vezes converge para o uso de categoria generalista sobre a mulher, fato que indica aspectos aparentemente contraditórios nas práticas discursivas do movimento de mulheres negras. Por outro lado, numa conjuntura de construção do gênero feminino onde os discursos reproduzidos nas práticas sociais tentam ressignificar o feminismo contemporâneo, a apropriação da consciência crítica de algumas categorias linguísticas do vocabulário feminista pode contribuir de forma benéfica para a consolidação da hegemonia da mulher afrodescendente.

Essas conjunturas formam o mosaico político para o surgimento de um novo imaginário sobre a mulher negra, constituído por uma produção discursiva ressignificada em torno do feminismo negro. O cenário, contudo, é de inúmeros desafios, sobretudo, no campo da cultura. A consciência crítica da linguagem sobre o uso de terminologias do discurso feminista pode ser relevante para a consolidação de novas perspectivas teóricas e práticas sociais de um outro feminismo. Por conseguinte, podemos concluir que o feminismo negro



é uma categoria determinante na produção discursiva ressignificada, e a sua prática é efeito das dinâmicas sociais inseridas nas lutas por hegemonia no campo discursivo. Essas práticas discursivas produzem um novo sentido no imaginário sobre as mulheres negras e agem na formação identitária e na produção simbólica da imagem do grupo.

Referências bibliográficas

- BESSA, Karla Adriana M. Posições de sujeito, atuações de gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, 1998, p. 34-45.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, set.-dez., 2003, p. 119-132.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciouness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.
- CRIOLA, Organização de Mulheres Negras. *Cadernos Criola 2* (Saúde da mulher negra.). Rio de Janeiro, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FARAH, Marta Ferreira dos Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan.-abr., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em: 07 de fevereiro de 2007.
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, ano 1, n. 1, 1993, p. 7-32.
- HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Cambridge: South End Press, 2000.
- ROLAND, Edna. Mulher negra e saúde. *Cadernos Geledés 1*. São Paulo, 1991, p. 10.
- RUFINO, Alzira. Sobre pintinhos e águias. *Revista Eparrei!*, Santos, ano V, n. 10, 2006, p. 54.
- SCHWARCZ, Lília Mortiz. História da vida privada no Brasil: contrates da intimidade contemporânea. In: SCHWARCZ, Lília Mortiz (org). *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico. In: CARVALHO, Marília Pinto de; PINTO, Regina Pahim (orgs.). *Mulheres e desigualdades de gênero*. São Paulo: Contexto, 2008.
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, 1991, p. 101-119.
- _____. *Memória, Imaginário e Poder: Práticas Comunicativas e de Ressignificação de Organizações de Mulheres Negras*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- VÁRIAS AUTORAS. *Olhares da Mulher Negra sobre a Marcha Zumbi +10*. Disponível em: http://www.criola.org.br/midia_debate.htm. Acessado em: 3 dezembro de 2006.
- WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.